

LOPES, Mirian Cristina. Cultura Política no Litoral do Paraná: a UFPR-litoral e as Águas de Março. Curitiba: Mestrado em Sociologia da UFPR, 2014, 151p.¹

Taísa da Motta Oliveira²

- Enviado em 14/05/2016
- Aprovado em 18/06/2016

O presente trabalho tem por objetivo traçar um compêndio da análise feita pela mestra, professora da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral e assistente social Mirian Cristina Lopes em sua dissertação de Mestrado, que tem por título “Cultura Política no Litoral do Paraná: A UFPR-Litoral e as Águas de Março”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, instituição familiar a autora e a essa pesquisadora que vos escreve.

Com entusiasmo aceitei o desafio de ler esse trabalho tão bem construído pela professora Mirian Lopes, que se dedicou arduamente na feitura do mesmo. Agradeço a oportunidade de fazê-lo em boa hora, uma vez que essa Revista se dedica a trabalhos voltados a releitura da história e do cotidiano do estado do Paraná em sua magnitude sócio-espacial, a partir e não somente do seu complexo modelo civilizatório. A Dissertação que ora apresento com certeza tem muito a contribuir com a temática desse veículo científico e acadêmico no qual escrevo.

É imperioso concordar que o trabalho de Mirian Lopes, tem bastante a dizer para aqueles que buscam compreender aspectos peculiares, de uma região do estado fascinante por sua beleza natural e cultural. Região geográfica essa que a autora teve o esmero de conhecer no plano teórico e de se

¹ Dissertação de Mestrado em Sociologia defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR no ano de 2014 realizado sob a orientação da Professora Doutora Maria Tarcisa Silva Bega.

² Assistente Social da Defensoria Pública do Estado Do Paraná. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Professora Substituta na UFPR-Litoral (2013-2015). Mestre em Ciência Política pela UFPR. Especialista em Questão Social pela UFPR-Litoral. Bacharel em Serviço Social pela UFPR-Litoral. taisamolivera88@gmail.com.

aprofundar de maneira didática. Admite-se isso, pois a leitura da contribuição da pesquisadora ora citada é agradável de fazer e o leitor vai compreendendo seu raciocínio de maneira singular. É nítido que esse trabalho exprime a paixão da autora em fazer parte da cultura local do espaço que pretendeu estudar, pois se vê o desenrolar de uma pesquisa sólida e densa nos aspectos que a colega teve vontade de compreender e pesquisar.

A dedicação da autora a construção desse material riquíssimo é visível, a se contar pelo número de páginas dedicado a explicação de uma história pouco analisada e quase sempre esquecida pelos próprios paranaenses, de um litoral belíssimo. Muito belo, porém envolto em uma cultura política elitista e pouquíssimo participativa, como a autora deixa claro durante todo o seu raciocínio. Litoral de um estado brasileiro rico e que foi forjado pela desigualdade social e econômica, pelo clientelismo na propositura e utilização das políticas públicas, que são subutilizadas pela população e que acabam virando moeda de troca, muitas vezes, daqueles que tem o poder em gerenciá-las.

Região costeira e marítima onde a população humana e a natureza sofrem com o quase total esquecimento político dos governantes durante a maioria do ano. A autora retrata como se dá a exploração sazonal da população excluída do sistema produtivo local, que serve de mão de obra barata aos comerciantes dos municípios litorâneos em uma época do ano específica, o verão. E de como a mesma necessita do poder público para ser assistida durante o restante do ano. Discute também como a balneabilidade nessa época gera problemas de ordem social e ambiental.

Sua leitura de mundo a ajudaram a compreender aspectos culturais e sócio-políticos que vão além de seu objeto. Qual seria esse objeto? A tragédia ambiental acontecida em março de 2011 nos municípios litorâneos, mais especificadamente na cidade de Morretes, e mais especificadamente ainda a comunidade da Floresta, que foi dizimada pela chuva constante que assolou a população mais humilde dessa faixa de terra da Mata Atlântica. Seu trabalho também nos faz pensar qual é o papel da universidade na intermediação com a população que sofreu na pele essa condição de risco social inimaginável para aqueles que não a sofrem.

O material apresentado pela autora nos faz indagar o papel do poder público, seus mandos e desmandos, a utilização coercitiva do aparelho sócio-assistencial, quando a legislação promulga justamente o contrário - assim como o papel da ética dos profissionais da área - a construção enfadonha da participação democrática e cidadã, de um dos locais de natureza preservada mais

impressionantes do Brasil. Só por contextualizar e narrar essa realidade seu trabalho já é importante, porém a autora vai além ao trazer aspectos de como se deu a eminente luta pelos direitos da população atingida pela catástrofe natural e de como a educação pode ser uma ferramenta útil na mudança de paradigmas na área da cultura política, a partir da participação popular.

O estudo trás na primeira divisão do capítulo 1 intitulado “Litoral do Paraná: o Cenário” um diagnóstico com os principais condicionantes sócio-político-assistenciais e ambientais da região que direta ou indiretamente influenciam a cultura política dos municípios ao longo de sua história. Esse diagnóstico teve por objetivo explicitar em que medida o capital social, de acordo com a literatura sobre cultura política é um condicionante da participação social dos cidadãos locais.

Essa construção macro, ou geral como a autora definiu na pesquisa, foi feita a fim de compreender aspectos micro, ou mais específicos da realidade dos moradores que viveram a tragédia ambiental. Assim Mirian Lopes constrói sua argumentação dividindo o capítulo 1 em três partes, o já explicitado primeiro diagnóstico, a segunda divisão “O Palco Central” em que a mesma continua falando de aspectos gerais dos condicionantes sócio-históricos do litoral do Paraná. Para isso ela traz referências sobre a teoria das elites – principalmente Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels (os pesquisadores clássicos dessa vertente teórica sobre a democracia), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Região, assim como referências sobre a fragilidade da implementação adequada de políticas públicas e participação social via instituições democráticas como os Conselhos de Políticas Públicas. E também sobre as possíveis causas de um comportamento político conservador no litoral do Paraná.

Já no terceiro ponto do capítulo 1 “Peça: as Aguás de Março” a autora elucida no debate questões mais específicas de seu objeto. Ela indica dados oficiais sobre os desabrigados em março de 2011, explicações sobre os condicionantes climáticos que levaram a forte chuva. Trás uma importante hipótese construída a partir do convívio com os moradores de que a população local conhece a região em que habita. E também esclarecimentos através da fala de seus entrevistados de como a população “sentiu” o desastre e do que esperavam do poder público brasileiro.

No capítulo 2 “Os Atores: Desabrigados e Instituições Locais” a autora aponta suas considerações sobre a questão particular da tragédia, entra em cena assim os principais sujeitos da pesquisa, sejam eles indivíduos ou instituições - estatais ou da sociedade civil - suas falas, resoluções, visões de mundo sobre o ocorrido. Começa trazendo no tópico 2.1 “Holofotes: Relatos

dos Moradores” as falas construídas a partir do contato direto com os moradores e com membros do poder público, através de entrevistas, rodas de conversa em grupos focais. A partir da observação densa do cotidiano e da análise de documentos, literatura, entre outros, demonstrando que o Estado agiu de maneira autoritária e despreparada no que tange ao trato com a população, mostrando incapacidade em viabilizar as políticas públicas de maneira efetiva e no tempo necessário.

É interessante nessa parte de sua argumentação como a autora quebra o paradigma da hipótese de que a população não tem conhecimento sobre o que passa na agenda política local e que esse distanciamento político se dava por falta de acesso às informações. Porém a pesquisa levou-a a compreender que os desabrigados, mesmo sem muita instrução educacional, tinham conhecimento de seus direitos aos benefícios sociais, demonstrando estar cientes das obrigações do poder público. Porém não conheciam ou nunca participaram de espaços decisórios como os Conselhos de Políticas Públicas, não conhecendo sua dinâmica em relação ao exercício da democracia. A pesquisa serviu para demonstrar que existe um descontentamento da população no “fazer política” da maneira tradicional, nisso que é típico da cultura política dominante. Os moradores sabem da existência dessa elite e de como eles utilizam o poder para gerar status, Mirian Lopes descreve isso muito bem em seu trabalho.

Os próximos tópicos: “A Presença da UFPR-Litoral como agente propulsor da participação popular”, “A UFPR-Litoral: educação emancipatória para o fomento da organização popular” “O Valor da Experiência: O Projeto Político Pedagógico da UFPR-Litoral” tinham por objetivo discorrer basicamente sobre a importância da UFPR-litoral como um agente potencializador de estratégias de mobilização e combate a cultura política elitista e dominante existente nos municípios litorâneos. De demonstrar como a Universidade pode ser uma ferramenta de fomento a participação política dos grupos sociais do litoral paranaense.

Mirian Lopes então relata, por ter participado através da Pesquisa-Ação do processo, como se deu a medição entre a Universidade e a comunidade de Morretes, aquela e o poder público. Nos informa sobre as estratégias criadas através do contato com a comunidade e suas necessidades. E que a mesma gerou uma série de Projetos, principalmente Projetos de Extensão e Ensino, nascidos através dessa parceria com a comunidade. Parceria essa que contou com outras instituições como Fundação Malucelli, Igreja Copiosa Redenção, Centro Espírita do município de Morretes e os aparelhos do Estado – Prefeitura e Secretaria de Assistência Social, entre outros órgãos. Muitos

cursos da Universidade Federal do Paraná, professores e alunos se comprometeram a participar ativamente desses espaços, e a pesquisadora faz o relato justamente de como foi o desenrolar desse processo.

É interessante perceber como que para a autora o Projeto Político Pedagógico da UFPR-litoral pode ser um processo catalisador de novas experiências de ensino-aprendizagem, experiências essas que mesmo na dificuldade de articulação diante de uma catástrofe pôde servir para a criação e o fortalecimento de espaços para a participação popular. No trabalho fica clara a importância da experiência da UFPR-litoral na reconstrução de novas práticas sociais, novas práticas tanto no âmbito acadêmico, quanto na organização do Estado mais amplamente. A UFPR-litoral, segundo essa dissertação, pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento de um novo modelo de cultura política no âmbito da comunidade litorânea e essa hipótese foi de fato desenvolvida pela autora nesse trabalho, através do estudo de caso sobre as “Águas de Março”.

Ela constrói o repertório teórico de sua Dissertação ao final da análise no capítulo 3, apresentando as categorias apropriadas durante o seu processo de ensino aprendizagem. Categorias que foram fundamentais para explicar seu objeto e que acabaram sendo utilizadas durante a construção analítica do problema de pesquisa. Para tratar do tema da cultura política a autora utiliza autores como Bobbio para a construção geral do que é a cultura política e de como ela pode se dividir e ser analisada e interpretada. Assim explica que a dissertação tem por interesse compreender a cultura política por uma via mais culturalista e para isso trás autores brasileiros de influência, como Gilberto Freire, Buarque de Olanda, Ricardo da Mata, Baqueiro, Marilena Chauí, entre outros que viabilizam o contato com a teoria exposta durante o processo de síntese desse conceito específico.

Ela trás esses autores a fim de compreender que não existe apenas um tipo de cultura política e sim culturas políticas diversas. Concluindo dessa primeira fase teórica que chamou genericamente de “Cultura Política” que os regimes políticos não mudam a cultura política, pois aqueles mudam com o passar do tempo, já essa é influenciada por relações de dominação, envoltas de desigualdades na participação da população e das elites. Essas exercem influência e poder sobre aquela, a partir da manutenção de relações clientelistas. Outro achado que se deu a partir da hipótese teórica nesse primeiro tópico aponta que a população caiçara, isso é a típica população do litoral paranaense, aquela que formou as comunidades tradicionais do litoral do Paraná, não participa da agenda

política por estar desacreditada da potencialidade democrática. Percebendo-se daí que há a existência de casos de não participação por escolha e/ou participação cooptada com consentimento.

Já o tópico 3.1 “Cultura e Política e Política Pública” trás em seu inicio um histórico de como a política pública social foi se estabelecendo a partir da Constituição de 1988. Como se deu a sua construção e de como a cultura política brasileira, lembrando que essa é multifacetada, influenciou na construção da cidadania. Cidadania essa que segundo a pesquisa não foi/é efetiva e garantida pelo Estado, como deveria. Quando pensamos em políticas públicas e a sua propositura elas devem servir aos interesses da população. Ao dizer que a cidadania no Brasil é limitada pela cultura política altamente conservadora e de elites, Mirian Lopes dá vazão para continuar seu raciocínio e afirma que as políticas públicas deveriam ser feitas a partir de aspectos que retomem a história. Que retomem também a política, as crenças e os valores, de como se cria o conhecimento, pensamento esse difundido por Almond e Verba e referenciado pela autora em seu texto.

Um dos mecanismos políticos de participação cidadã que mais influenciam a criação de políticas públicas no cotidiano, são os Conselhos de Políticas Públicas e esses segundo o trabalho analisado enfrenta fortes entraves para a participação da população, assim como outras instituições participativas da sociedade civil. As instituições dessa arena social específica, isso é a sociedade civil, como as associações de pais e mestres, de bairro e os grupos que discutem gênero, sexualidade, entre outros assuntos, demonstram não se envolverem com a política local. Esse é outro aspecto relevante descoberto pela autora e que faz parte de suas hipóteses teóricas. Já os sindicatos e associações de trabalhadores são cooperados pela lógica clientelista, assim termina esse tópico concluindo que o estudo da cultura política é central na compreensão e formulação das políticas públicas.

Já no último tópico teórico chamado pela autora de “O Poder, a Participação Social e a Cultura Política” Mirian Lopes trás para o debate Michel Foucault e Boaventura de Souza Santos com o intuito de discorrer acerca do poder em seus mais variados níveis. Essa discussão trouxe os aspectos principais da leitura [foucaultiana](#) e as principais divergências de Souza Santos sobre a questão. Fez essa releitura a fim de criar subsídios para entender as relações de poder enquanto fundamentais para a compreensão das culturas políticas, os dois autores concordam que as relações de poder são políticas. Assim é preciso, segundo a lógica do pensamento da autora, interpretando os teóricos debatidos, que a sociedade civil, os movimentos sociais, as instituições participativas, se

reaproximem da política, pois é no espaço de seu exercício que ainda se encontra algum tipo de liberdade. Experenciar a partir do poder político pode ser um grande avanço para mudar a cultura política que favorece a dominação. A construção de estratégias frente ao poder das elites é iminente e precisa sempre se reinventar.

Em suas “Considerações Finais” a autora nos indica como que os modelos tradicionais de se fazer política, não geram a participação social e popular e que novos canais de participação, ou canais não-hegemônicos do poder, acabam por fomentar melhor essa variável da explicação do político. Problematizando também que a comunidade, a população estudada, tende a desconfiar das organizações sociais mais formais e burocratizadas, como sindicatos, etc. e que as organizações religiosas conseguem atrair um público-alvo maior, talvez por ser tratar de uma instituição que trabalha o sobrenatural. A UFPR-litoral segundo a autora conseguiu potencializar a organização popular dentro da comudade, isso pode parecer banal, porém o mesmo não aconteceu com a esfera estatal e seus espaços institucionalizados. Para finalizar pode-se dizer que o seu estudo sobre culturas políticas apontou que a participação popular é um mecanismo de poder subutilizado pelas comunidades do litoral do Paraná. Sobre os canais discursivos do Estado, como os Conselhos de Políticas Públicas, esses são garantidos pela legislação e pelo poder público, porém a institucionalização desses espaços pouco garante o exercício da cidadania. É riquíssima a contribuição que oras apresento e sem dúvida é um trabalho importantíssimo para uma leitura sobre a política do litoral paranaense.